

IMPACTOS DA COVID-19 E A DIVULGAÇÃO DE EVENTOS SUBSEQUENTES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

André Tadeu Brandão De Sousa - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

José Alexandre De Oliveira Von Bloedau - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Fabiana Lopes Da Silva - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Marta Cristina Pelucio Grecco - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Resumo

O estudo tem por objetivo analisar a divulgação das notas explicativas sobre eventos subsequentes das maiores empresas que compõe o Índice BOVESPA, quanto aos principais assuntos abordados e, principalmente, sobre a evidenciação dos impactos decorrentes da pandemia do COVID-19. A amostra é composta pelas 30 maiores empresas do Índice BOVESPA, cujo período de análise compreendeu o 1º e 2º trimestres de 2020. A avaliação revelou que 25 (83%) empresas publicaram informações de Eventos Subsequentes no 1º trimestre/2020 e 23 (77%) empresas no 2º trimestre/2020, evidenciando uma redução entre os períodos. As empresas classificadas na B3 como Novo Mercado - NM foram as que mais divulgaram Eventos Subsequentes nos dois primeiros trimestres de 2020, sendo 64% no 1º trimestre/2020 e 70% no 2º trimestre/2020. Também, nesse segmento, foram as que menos divulgaram, correspondendo a 10% nos dois semestres.

Palavras-chave: IFRS, Contabilidade Financeira, Eventos Subsequentes, Demonstrações Contábeis, Covid-19, CPC

Abstract

The study aims to analyze the disclosure of explanatory notes on subsequent events of the largest companies that make up the BOVESPA Index, as to the main issues addressed and, mainly, on the disclosure of impacts resulting from the COVID-19 pandemic. The sample is composed of the 30 largest companies in the BOVESPA Index, whose analysis period comprised the 1st and 2nd quarters of 2020. The evaluation revealed that 25 (83%) companies published information on Subsequent Events in the 1st quarter/2020 and 23 (77%) companies in the 2nd quarter/2020, showing a reduction between the periods. Companies classified in B3 as Novo Mercado - NM were the ones that most disclosed Subsequent Events in the first two quarters of 2020, with 64% in the 1st and 70% in the 2nd quarter/2020. Also, in this segment, they were the ones that disclosed the least, corresponding to 10% in the two semesters.

Keywords: IFRS, Financial Accounting, Subsequent Events, Financial Statements, Covid-19, CPC

IMPACTOS DA COVID-19 E A DIVULGAÇÃO DE EVENTOS SUBSEQUENTES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar a divulgação das notas explicativas sobre eventos subsequentes das maiores empresas que compõe o Índice BOVESPA, quanto aos principais assuntos abordados e, principalmente, sobre a evidenciação dos impactos decorrentes da pandemia do COVID-19. A amostra é composta pelas 30 maiores empresas do Índice BOVESPA, cujo período de análise compreendeu o 1º e 2º trimestres de 2020. A avaliação revelou que 25 (83%) empresas publicaram informações de Eventos Subsequentes no 1º trimestre/2020 e 23 (77%) empresas no 2º trimestre/2020, evidenciando uma redução entre os períodos. As empresas classificadas na B3 como Novo Mercado - NM foram as que mais divulgaram Eventos Subsequentes nos dois primeiros trimestres de 2020, sendo 64% no 1º trimestre/2020 e 70% no 2º trimestre/2020. Também, nesse segmento, foram as que menos divulgaram, correspondendo a 10% nos dois semestres.

Palavras-chave: IFRS, Contabilidade Financeira, Eventos Subsequentes, Demonstrações Contábeis, Covid-19, CPC

ABSTRACT

The study aims to analyze the disclosure of explanatory notes on subsequent events of the largest companies that make up the BOVESPA Index, as to the main issues addressed and, mainly, on the disclosure of impacts resulting from the COVID-19 pandemic. The sample is composed of the 30 largest companies in the BOVESPA Index, whose analysis period comprised the 1st and 2nd quarters of 2020. The evaluation revealed that 25 (83%) companies published information on Subsequent Events in the 1st quarter/2020 and 23 (77%) companies in the 2nd quarter/2020, showing a reduction between the periods. Companies classified in B3 as Novo Mercado - NM were the ones that most disclosed Subsequent Events in the first two quarters of 2020, with 64% in the 1st and 70% in the 2nd quarter/2020. Also, in this segment, they were the ones that disclosed the least, corresponding to 10% in the two semesters.

Keywords: IFRS, Financial Accounting, Subsequent Events, Financial Statements, Covid-19, CPC

1. INTRODUÇÃO

Conforme menciona Castro (2020) a pandemia do Covid-19 começou a alastrar no final de 2019 e se agravou em 2020, por todos os países, obrigando os governos a adotarem o confinamento das pessoas para tentar amenizar a proliferação do Covid-19, e isso obrigou as pessoas a adaptar seus hábitos e até comportamentos sociais. Já o impacto nas empresas chegou a causar a paralização parcial ou até mesmo total das atividades econômicas. Muitas organizações, em que eram capazes, acabaram por migrar grande parte de suas atividades para o modelo *home-office*, para tentar pelo menos continuarem operacionais. O avanço da pandemia impactou imensamente a economia mundial, levando governos e analistas a relacionar a intensidade da crise com o impacto da pandemia.

De acordo com Aquino e Santana (1992) “evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado.” E segundo Gallon (2006) “a simples definição da palavra não é capaz de dar a amplitude dessa palavra para a contabilidade”.

Falcão (1995) ressalta que a evidenciação pode ser entendida como “o meio pelo qual os diversos usuários das demonstrações obtêm conhecimento do atual estágio de uma determinada empresa, tanto em termos de situação patrimonial e financeira, como de lucratividade e aplicações dos recursos disponíveis”.

Diante desse contexto, o presente estudo tem por objetivo avaliar a evidenciação de informações sobre eventos subsequente, principalmente, quanto aos impactos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis dos trimestres encerrados em 31/03/2020 e 30/06/2020.

Para tanto, a amostra final contou com as 30 maiores empresas que compõem o índice IBOVESPA e, para a demonstrações divulgadas em 31/03/2020 e 30/06/2020.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o coronavírus leva a economia global ao maior risco desde a crise financeira de 2008. Portanto, a maioria das empresas pode ser afetada e toda empresa deve fazer uma avaliação considerando os fatos e circunstâncias do surto individualmente. E evidenciar se, isto é, ou não um evento subsequente ajustável ou não ajustável.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da divulgação

Verrecchia (2001, p. 98) nos diz em seu trabalho sobre a teoria da divulgação que:

(...) não há uma teoria da divulgação abrangente ou unificada, ou pelo menos, nenhuma sobre a qual eu me sinta confortável para identificá-la. Na literatura da pesquisa sobre divulgação, não há nenhum paradigma central, nem uma única noção convincente que dá origem a todas as pesquisas subsequentes, nenhuma “teoria” bem integrada (...).

Verrecchia (2001) então propõe uma taxonomia que engloba três categorias amplas de pesquisa sobre divulgação em Contabilidade: (1) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Associação (*association-based disclosure*); (2) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Julgamento (*discretionary-based disclosure*); e (3) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência (*efficiency-based disclosure*).

A primeira categoria envolve trabalhos cuja preocupação principal consiste em estudar os efeitos exógenos do *disclosure* em mudanças ou perturbações nas ações individuais de investidores que competem no ambiente do mercado de capitais, primariamente por meio do comportamento do equilíbrio do preço dos ativos e volumes de transação (Verrecchia, 2001).

A segunda categoria analisa a forma como os administradores e/ou empresas exercem discricionariedade no que diz respeito à divulgação de informações sobre as quais eles possam ter conhecimento.

A terceira categoria discute que tipos de informações são preferidas e mais eficientes, considerando a ausência de prévio conhecimento da informação.

Já Hope (2003) argumenta que *disclosure* é um fenômeno inerentemente complexo e uma simples teoria pode dar uma explicação parcial. No entanto, Dye (2001) argumenta que a teoria da divulgação já se encontra em um estágio avançado, podendo ser considerada como desenvolvida.

2.2 Evidenciação e as demonstrações contábeis

Segundo o *Accounting Research Study*, nº 1 (AICPA, 1961, p. 50), “Os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário, a fim de não os tornar enganoso.” Hendriksen (2009), destaca que “as seguintes situações que poderiam tornar enganoso os demonstrativos, se não reveladas:

1. Uso de procedimentos que afetam materialmente as apresentações de resultados ou de balanços comparados com métodos alternativos;
2. Mudança importante nos procedimentos de um período a outro; e
3. Eventos significativos ou relações que não derivam das atividades normais;

Conforme menciona Iudícibus (2009) “a evidenciação se refere a um conjunto das demonstrações contábeis estando disponíveis:

4. Forma e apresentação das demonstrações contábeis;
5. Informação entre parênteses;
6. Notas explicativas;
7. Quadros e demonstrativos suplementares;
8. Comentários do auditor; e
9. Relatório da administração.”

Infelizmente no Brasil prevalece a ideia de que evidenciação é quase um sinônimo de notas explicativas, porém, Iudícibus (2009) diz que “a evidenciação principal está contida nos próprios relatórios formais.”

Iudícibus (2009) ainda ensina que a evidenciação deve “apresentar informação qualitativa e quantitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário”. Deve-se atentar para o fato de que as informações qualitativas não se tornem informações subjetivas, o que prejudicaria a evidenciação. Além disso, ainda ressalta, a relação entre a evidenciação e a convenção da materialidade. Todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. O profissional de contabilidade, ao preparar os demonstrativos para a publicação, precisa perceber que esses demonstrativos são o mais evidente processo de comunicação com o usuário externo.

Além disso, as informações contábeis deverão ser disponibilizadas em tempo hábil, possibilitando a tomada de decisão no momento do ocorrido, atendendo o Princípio da Oportunidade.

“O Princípio da Oportunidade refere-se simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que originaram (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Art 6º, Resolução 750/93”

2.3 O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as Normas Internacionais

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade teve início com as alterações da lei das Sociedades Anônimas (6.404/76), promovidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. A legislação fiscal brasileira sempre influenciou a prática contábil. Contudo, a nova legislação possibilitou a separação de critérios contábeis e fiscais para a avaliação patrimonial.

Considerada como a linguagem universal dos negócios, a contabilidade vem passando por um processo de convergência das normas contábeis, por iniciativa de diversos países. O principal normatizador contábil no mundo é o IASB – *International Accounting Standards Board*, que emite as IFRS – *International Financial Reporting Standards*. O objetivo do IASB é “desenvolver, com base em princípios claramente articulados, um conjunto único de pronunciamentos contábeis de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente” (IFRS, 2011).

Em virtude disto foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC que tem como objetivo:

"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Como função do CPC, foram traduzidos e analisados para realidade brasileira, vários pronunciamentos ajustando as normas brasileiras as normas internacionais de contabilidade, utilizadas na maioria dos países do mundo.

Especialmente neste estudo será utilizado o Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata dos Eventos Subsequentes, pronunciamento este criado para direcionar o tratamento das demonstrações contábeis conforme os padrões internacionais, “que são aqueles, favorável ou desfavorável, que ocorrem entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data que é autorizada a emissão dessas demonstrações”. (CPC, 2009).

A interconectividade da cadeia produtiva global está cada vez mais comprovada pelo efeito dominó gerado a cada nova informação envolvendo a pandemia de coronavírus (Covid-19). Isso levou organizações como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a publicarem diretrizes para que contadores, empresários e auditores consigam incluir, na medida do possível, os impactos da doença nas demonstrações financeiras das companhias, principalmente as de capital aberto.

O CFC destaca que “deve ser realizada uma análise detalhada nas divulgações efetuadas em demonstrações contábeis. O objetivo do procedimento é assegurar que elas expressam a situação atual aplicável e o impacto na entidade, de acordo com as circunstâncias e as peculiaridades de suas operações.”

As entidades publicam seus relatórios como forma de divulgar os acontecimentos financeiros de determinado período contábil, visando também proporcionar maior conhecimento aos usuários sobre a situação financeira. Porém, (Lemes e Carvalho, 2010) diz que fatos que ocorrem em determinadas épocas, onde supostamente suas demonstrações contábeis já estavam prontas, podem impactar nos resultados e na posição patrimonial das empresas.

O impacto dos eventos subsequentes nas empresas, por vezes, é relevante, e o seu não reconhecimento pode causar grandes distorções nas demonstrações elaboradas na data-base estática do encerramento, por isso a entidade deve ajustar seus relatórios incorporando-os quando forem relevantes.

2.4 Tipos de eventos subsequentes

Quando um evento ocorrido na entidade for caracterizado como evento subsequente, este pode se desdobrar em três situações: eventos que geram ajustes nos demonstrativos; eventos que não geram ajustes, mas incorrem em divulgação; e eventos que dada a sua baixa materialidade, não geram nem ajuste, nem divulgação. (Lemes e Carvalho, 2010).

Ainda conforme Iudícibus, (2009) “um evento após a data do balanço que gera ajustes é aquele que apresenta evidências de condições que existiam após a data do balanço. Se a entidade, após o período a que se referem as demonstrações contábeis, receber informações de condições existentes até aquela data, tem por consequência atualizar a divulgação que se relaciona a essas condições, visando novas informações.”

Pode acontecer também de um evento subsequente não gerar ajustes, se isto acontecer de forma inesperada durante o encerramento do balanço.

Lemes e Carvalho (2010) informam que são aqueles que possuem indicativos de condições que surgiriam apenas após a data do balanço. Assim, tem-se que um acontecimento ocorrido entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a autorização das mesmas, pode já ter sido previsto pela administração e assim, acarretará mudanças nas demonstrações, como também divulgação em notas explicativas da entidade.

Kos, Barros e Colauto (2017) verificaram que a divulgação dos eventos subsequentes pelas companhias em notas explicativas tende a influenciar o mercado, pois as empresas que divulgaram essas informações obtiveram um retorno anormal superior ao grupo de empresas que não divulgaram eventos subsequentes. Diante disso, nota-se a importância da divulgação dos eventos subsequentes por compreenderem informações úteis aos usuários, principalmente aos investidores. A partir da divulgação desses acontecimentos, a empresa pode dar ciência aos usuários desde novos investimentos adquiridos até perdas ocorridas, e assim, tornar-se uma empresa mais transparente.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Severino (2007) “a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Tem assim elementos gerais que são comuns a todos os processos de conhecimento que pretenda realizar, marcando toda atividade de pesquisa.”

Alencar (2007) mostra que os pesquisadores têm se dividido entre duas estratégias: construir o próprio indicador ou trabalhar com rankings já existentes. Desse modo, optou-se por construir um índice a partir dos dados apurados nas notas explicativas. A esses quesitos foram atribuídos fator “SIM” no caso de sua divulgação do evento subsequente pela empresa e fator “NÃO”, caso a empresa não tenha divulgado o evento subsequente.

Foram analisadas as notas explicativas sobre Eventos Subsequentes do 1º e 2º trimestres de 2020 das 30 maiores companhias de capital aberto listadas na B3, Bolsa de Valores do Brasil, base 30/10/2020, conforme o “Valor de mercado das empresas listadas” publicado no site da B3.

O objetivo da pesquisa foi verificar se as empresas com maior nível de governança corporativa publicaram mais informações de Eventos Subsequentes, pelo início dos impactos da pandemia do Covid-19 nas empresas nos 1º e 2º trimestres de 2020.

Tabela 1

Relação das 30 maiores empresas listadas na B3 por valor de mercado

EMPRESAS	SEGMENTO NA B3	PUBLICAÇÃO DE EVENTOS SUBSEQUENTES	
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE
VALE	NM	SIM	SIM
PETROBRAS	N2	SIM	SIM
ITAUNIBANCO	N1	SIM	NÃO
AMBEV S/A	Tradicional	NÃO	NÃO
BRADESCO	N1	SIM	NÃO
MAGAZINE LUIZA	NM	SIM	SIM
WEG	NM	SIM	SIM

SANTANDER BR	Tradicional	SIM	SIM
B3	NM	NÃO	SIM
BCO BRASIL	NM	SIM	SIM
ITAUSA	N1	SIM	SIM
BTGP BANCO	N2	SIM	SIM
TELEF BRASIL	Tradicional	NÃO	SIM
SUZANO S.A.	NM	SIM	SIM
GRUPO NATURA	NM	SIM	SIM
JBS	NM	SIM	SIM
ELETROBRAS	N1	SIM	SIM
HAPVIDA	NM	SIM	SIM
BBSEGURIDADE	NM	NÃO	NÃO
LOCALIZA	NM	SIM	SIM
B2W DIGITAL	NM	NÃO	NÃO
LOJAS AMERIC	N1	SIM	SIM
INTERMEDICA	NM	SIM	SIM
RAIADROGASIL	NM	SIM	NÃO
CARREFOUR BR	NM	SIM	SIM
GERDAU	N1	SIM	NÃO
RUMO S.A.	NM	SIM	SIM
ENGIE BRASIL	NM	SIM	SIM
CPFL ENERGIA	NM	SIM	SIM
LOJAS RENNER	NM	SIM	SIM

OBS: N1 - Nível 1 de Governança Corporativa, N2 – Nível 2 de Governança Corporativa, NM – Cia Novo Mercado

Nota. Elaborado pelos autores

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Avaliação geral do 1º e 2º trimestres de 2020

Das 30 empresas analisadas 25 (83%) publicaram informações de Eventos Subsequentes no 1º trimestre/2020 e em relação ao 2º trimestre/2020 foram 23 (77%), demonstrando uma redução em relação ao período anterior. Destaca-se que as empresas classificadas na B3 como Novo Mercado (NM) foram as que mais divulgaram Eventos Subsequentes nos dois primeiros trimestres de 2020, sendo 64% no 1º trimestre e 70% no 2º trimestre.

Das empresas que não divulgaram informações de Eventos Subsequentes, destaca-se, também, as classificadas como NM que foram responsáveis por 10% da amostra, no 1º e 2º trimestres.

Tabela 2

Quantidade de empresas que reportaram Eventos Subsequentes

PERÍODO	EVENTOS SUBSEQUENTES	SEGMENTO NA B3				SUBTOTAL	TOTAL
		N1	N2	NM	TRADICIONAL		
1º Trimestre	Divulgaram	6	2	16	1	25	30
	Não divulgaram	0	0	3	2	5	
2º Trimestre	Divulgaram	3	2	16	2	23	30
	Não divulgaram	3	0	3	1	7	

Nota. Elaborado pelos autores

4.2 Avaliação do 1º trimestre de 2020

A análise do 1º trimestre de 2020 revelou 65 registros de Eventos Subsequentes divulgados por 25 empresas da amostra. Foram catalogadas as cinco informações mais recorrentes, as demais foram classificadas como “Outras informações sem divulgação de valores” e “Outras informações com divulgação de valores”.

A emissão de dívidas foi reportada por 13 das 25 empresas, seguida da informação de

Performance operacional que foi divulgada por 11 empresas. As empresas no segmento do NM – foram responsáveis por 47 (72%) dos registros, seguido pelas do N1 com 14 (22%) das informações.

Tabela 3

Variáveis identificadas na análise do 1º trimestre de 2020

VARIÁVEIS - 1º TRIMESTRE	SEGMENTO NA B3				TOTAL
	N1	N2	NM	TRADICIONAL	
Emissão de dívidas	4	0	9	0	13
Performance operacional	2	1	8	0	11
Teste de recuperabilidade de ativos relevantes	0	0	5	0	5
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP	0	0	3	1	4
Redução de despesas de pessoal	0	0	3	0	3
Outras informações sem divulgação de valor	4	1	11	0	16
Outras informações com divulgação de valor	4	1	8	0	13
TOTAL	14	3	47	1	65

Nota. Elaborado pelos autores

Com o avanço rápido da Pandemia e as orientações da vigilância sanitária para a necessidade do distanciamento social, previa-se impactos econômicos que ocorreriam nas empresas, principalmente nas condições operacionais e no consumo em geral. O setor bancário prontamente seria afetado por conta do fornecimento de crédito e liquidação das obrigações das empresas e das pessoas.

Pelo presente estudo esperava-se maior divulgação de informações desse setor, entretanto, o que se percebeu foi o contrário. O Banco do Brasil foi o que mais divulgou informações de Eventos Subsequentes, abordando 11 assuntos, sendo as perspectivas de performance operacional na pandemia, os impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa por conta da mudança no risco de crédito, os testes de recuperabilidade dos ativos relevantes, o valor justo dos instrumentos financeiros, o gerenciamento de riscos e capital, o pagamento de juros sobre o capital próprio – JCP, a consolidação do conglomerado, a redução do adicional de conservação de capital principal, o *Overhedge* de investimentos em participações no exterior e o aperfeiçoamento nas regras do *liquidity coverage ratio*.

O Itaú S.A. embora tenha abordado 3 temas, sendo o aumento de participação no capital, a alteração do nome da empresa e sobre captações / empréstimos, não demonstrou informações relevantes.

O Bradesco abordou as perspectivas de performance operacional na pandemia e emissão de dívida. O Santander se resumiu apenas a informação do pagamento de juros sobre o capital próprio – JCP, assim como o BTGP Pactual que abordou somente a recompra de ações. Já o Itaú Unibanco não mencionou informações sobre Eventos Subsequentes.

Considerando a quantidade de 65 publicações, destacam-se que os bancos foram responsáveis por 15 (23,1%), seguido do setor de energia com 10 (15,4 %). Os setores de Aluguel de Carro e de Análise e Diagnósticos com 5 (7,7 %) cada, somando 10 (15,4 %). Os setores de Comércio de Eletrodomésticos e de Tecidos, Vestuário e Calçados com 4 (6,2 %) cada um, totalizando 8 (12,4 %). Já os setores de Produtos de uso pessoal, Transporte Ferroviário, e os sem informações, contemplaram 3 (4,6 %) cada um, somando 9 (13,8 %). As demais 13 informações (20%) abrangem os outros setores. Os setores Telecomunicações, Seguradoras, Serviços Financeiros Diversos e Cervejas e Refrigerantes não divulgaram informações.

4.3 Avaliação do 2º trimestre de 2020

No segundo trimestre de 2020 foram divulgados 46 registros de Eventos Subsequentes,

redução de 28 % em relação ao 1º trimestre de 2020, pelas 23 empresas da amostra que efetuaram tal divulgação. Foram catalogadas, também, as cinco informações mais recorrentes, sendo as demais classificadas como “Outras informações sem divulgação de valores” e “Outras informações com divulgação de valores”. As empresas no segmento do NM – foram responsáveis por 34 (74%) dos registros, seguido pelas empresas do N1 com 7 (15%) das informações.

Tabela 4

Variáveis identificadas na análise do 2º trimestre de 2020

VARIÁVEIS - 2º TRIMESTRE	SEGMENTO NA B3				TOTAL
	N1	N2	NM	TRADICIONAL	
Aquisição de participação de outras empresas	0	1	6	0	7
Emissão de dívidas	1	0	5	0	6
Pagamento de dividendos	1	0	4	0	5
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio - JCP	0	0	4	1	5
Pagamento de dívidas	0	0	3	0	3
Outras informações sem divulgação de valor	2	0	7	1	10
Outras informações com divulgação de valor	3	1	5	1	10
TOTAL	7	2	34	3	46

Nota. Elaborado pelos autores

No segundo trimestre/2020 foram observadas alterações nas informações mais divulgadas, bem como nos setores que mais divulgaram os dados. O setor de Energia contemplou 11 (23,9 %) das informações. Os Bancos foram responsáveis por 6 (13%) divulgações. O setor de Minerais Metálicos abrangeu 4 (8,7%). Os setores de Eletrodomésticos e de Carnes e Derivados com 3 dados cada um (13%). Os setores de Transporte Ferroviário, Telecomunicações, Tecidos, Vestuário e Calçados, Produtos de Uso Pessoal, Análises e Diagnósticos e os que não divulgaram dados foram responsáveis por 2 informações cada um, somando 12 (26,1%). As demais 7 (15,2%) das informações foram realizados pelos outros setores.

Os setores de Cervejas e Refrigerantes, Seguradoras, Siderurgia e Medicamentos e Outros Produtos não divulgaram informações.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças impostas pela proliferação da pandemia do Covid-19, que iniciou no final de 2019 e que se alastrou por todo ano 2020, exigiu dos indivíduos mudanças nos hábitos sociais e das empresas adaptações e mudanças bem significativas nas estratégias e atividades operacionais.

Os efeitos causados pela Covid-19 vêm impactando todas as empresas em escala mundial, desta forma alguns setores foram atingidos positivamente e outros negativamente.

Outro fato importante e relevante é a relação entre a data de aprovação das demonstrações e o conteúdo dos itens presentes nos tópicos das notas explicativas para os eventos subsequentes. Observou-se que as empresas publicaram mais eventos subsequentes no 1º trimestre de 2020, ou seja, no início da pandemia, do que no 2º trimestre de 2020, já no auge da pandemia.

É importante destacar que os fatos relevantes que acontecem nas empresas após o fechamento dos seus balanços, são comunicações importantes que a empresa traz para o mercado e devem ser consideradas como informações tempestivas, ou seja, a tempo de se prever o que pode ser impactado nas decisões do dia a dia empresarial.

Quanto mais previsíveis estes efeitos dos acontecimentos da pandemia da COVID 19, que interferem na continuidade das empresas, sendo, portanto, uma característica útil e

relevante da informação contábil, devem ser divulgadas de forma imediata pelos entes empresariais em atendimento ao IAS 10 / CPC 24.

O objetivo desta pesquisa foi analisar se por conta das mudanças das rotinas das empresas, as organizações apresentassem uma quantidade mais significativa de informações de Eventos Subsequentes na publicação das Notas Explicativas, tendo em vista que a pandemia se espalhava justamente nos primeiros meses do ano 2020 e que exigiria das empresas adaptações e mudanças, e uma maior quantidade de informações interessariam a sociedade e os investidores por contas de possíveis impactos nos negócios o que não foi revelado pelas análises.

As análises das empresas que publicaram Eventos Subsequentes corresponderam a 83% e 77% da amostra, nos 1º e 2º trimestres de 2020, respectivamente, entretanto, com pouca variedade de informações. As empresas classificadas pela B3 como NM foram as que mais divulgaram informações de Eventos Subsequentes, correspondendo a 64% no 1º trimestre e 70% no 2º trimestre. As organizações, também, classificadas como NM foram responsáveis por 10% da amostra das empresas que não divulgaram informações de Eventos Subsequentes.

Por fim, outros estudos podem ser realizados a partir da premissa utilizada. Sugere-se uma pesquisa sequenciando o período já analisado.

REFERÊNCIAS

- Accounting Research Study* (1961), nº 1 (AICPA, p. 50).
- Alencar, R. C. de. (2007). Nível de *disclosure* e custo de capital próprio no mercado brasileiro. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Aquino, W. e Santana, A. C. (1992). Evidenciação. Caderno de Estudos, São Paulo: FIEPECAFI – FEA/USP, n. 5, jun.
- Castro, D. (2020). Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica - PET Economia UFPR, recuperado em 20 de janeiro, 2021 de <https://www.ufpr.br/portallufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>
- Dye, Ronald A. (2001). *An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the Disclosure Literature in Accounting*. *Journal of Accounting and Economics*, nº 32, p. 181-135.
- Falcão, E. (1995). Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas. Caderno de Estudos, n. 12, São Paulo, FIEPECAFI – FEA/USP.
- Gallon, A. V. e Beuren, I. M. (2006). Análise do conteúdo da evidenciação nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa, São Paulo - Congresso USP.
- Hendriksen, E. S. e Van Breda, M. F. (2009). Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Hope, K. (2003). *Firm-level Disclosures and the Relative Roles of Culture and Legal Origin*. *Journal of International Financial Managerial and Accounting*, v. 14, n. 3, pp. 218-248.
- Iudícibus, S. de (2009). Teoria da Contabilidade. 9 ed. São Paulo: Atlas.
- Kos, S. R.; Barros, C. M. E. e Colauto, R. D. (2017). Impacto da divulgação de eventos subsequentes no retorno anormal: estudo em companhias do Ibovespa. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 9, n. 2, jul, pp.60-79.
- Lemes, S. e Carvalho, L. N. (2010). Contabilidade Internacional para Graduação. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Platão – República (2002). RJ Editora Best Seller, Tradução Enrico Corvisieri.
- Pronunciamento 24 – CPC – São Paulo.
- Severino, A. J. (2007). Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez.

Verrecchia, R. E. (2001). *Essays on Disclosure*. *Journal of Accounting and Economics*, n° 32, pp. 97-180.